

ESCOLÁSTICA EM PORTUGAL

tugal, lembremos a repreensão do cânon 18 do Concílio de Mérida (666) aos párocos que não cuidavam de ter clérigos para cantarem com eles o ofício, impondo a todos que o pudessem fazer a obrigação de instituírem *de ecclesiae suae familia clericos* e de providenciarem a sua alimentação e vestido. Mestre Silvestre Godinho, arcebispo de Braga, dá-nos testemunho público da existência destas escolas na arquidiocese de Braga nos fins do século XII, ao dizer-nos, no seu testamento de 1244, que recebera educação durante anos e aprendera a dizer o saltério na igreja paroquial de S. Paio da Pousada. Frisemos, no entanto, que estas escolas de orientação eclesiástica não tinham um alcance apenas religioso, mas foram de repercussão extraordinária na vida civil. A parte o facto de muitos clérigos de ordens menores não seguirem a carreira eclesiástica e continuarem unicamente ao serviço do Reino, algumas das escolas episcopais estendiam, ao que parece, já no século XIII as suas lições a leigos. O mesmo sucederia com as paroquiais. De resto, a obra de civilização levada a cabo pelos nossos missionários junto dos povos atrasados que descobriram deve ter-se inspirado neste processo de instrução elementar das escolas, pelo qual ordinariamente ainda hoje fazem chegar a luz do Evangelho e da civilização cristã e portuguesa a populações disseminadas pelas extensões vastíssimas do nosso ultramar.

[A. D. DE S. C.]

BIBL.: Carlos García Goldaraz, S. I., *El Códice Lucense de la Colección Canónica Hispana*, II, 1954, P.º Avelino de Jesus da Costa, *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, I, Coimbra, 1959, pp. 45 e segs. A. D. de Sousa Costa, O. F. M., «Identificação de mestre Silvestre, arcebispo, deão e arcebispo de Braga, com o decretalista Silvestre», in *Itinerarium*, VIII, Braga, 1962, pp. 97 e segs.

ESCOLÁSTICA EM PORTUGAL. As tentativas de organização da disciplina e da doutrina convenientes para assegurar a ortodoxia cristã culminaram, no século XIII, com a obra de S. Tomás. A corrente aristotélico-tomista, resultante da aplicação da lógica, no seu propósito racional de demonstração, às verdades da teologia em si não demonstráveis, foi a dominante em Portugal. O seu método silogístico e dialéctico pretendia a ordenação hierárquica dos conhecimentos e sistematizar a «filosofia da escola» que servisse a refutação das divergências de carácter herético que se manifestavam na época. O realismo de S. Tomás teve entre nós numerosos aderentes e não é fácil discriminá-los a todos. O primeiro nome que se costuma individualizar e tem merecido a atenção dos estudiosos deste período é o

de Pedro Hispano, que foi o papa João XXI, a quem se devem as *Sumulae logicales*, compêndio de lógica aparecido no século XV e que beneficiou de grande fama como expoente da dialéctica, «arte das artes e ciência das ciências». Outro nome que se não pode omitir nesta breve resenha é o do franciscano Álvaro Pais (século XIV), embora as suas obras sejam predominantemente dedicadas aos temas da filosofia política, como o *Speculum Regum* e o *De Planctu Ecclesiae*, ou à denúncia das heresias, como o *Collyrium fidei adversus haereses*. Nos primeiros tempos da história de Portugal todo o pensamento é escolástico, como não poderia deixar de ser, e resulta da influência das ordens religiosas e da formação eclesiástica dominante. Na maior parte dos casos não há propriamente individualização nem originalidade, mas confirmação de adesão às intenções doutrinárias admitidas a partir da solução dada ao problema da origem das ideias gerais ou universais. Muitos nomes que a história conserva são os de autores de obras que ainda não foram convenientemente estudadas ou se julgou não merecerem esse estudo. Citemos alguns sempre considerados dignos de referência especial: Luís de Sottomaior (1526-1610), dominicano de Lisboa, que passou algum tempo na Flandres e na Inglaterra, participou no Concílio de Trento e mais tarde foi professor na Universidade de Coimbra; Diogo Soares de Santa Maria (1551-1614), que deixou obras de teologia escritas em latim e em francês, publicadas em Paris e Lião; Manuel da Natividade (1548-1628), autor de uma obra intitulada *Philosophia secundum mentem Angelici praeceptoris*; e, talvez o mais importante de todos, João de S. Tomás (1589-1644), que frequentou as Universidades de Coimbra e de Lovaina e ensinou na de Alcalá, em Espanha. Além de obras teológicas, escreveu obras de lógica, de dialéctica e de comentário aos livros de Aristóteles. Merecem ainda citação António de Sena (século XVI), Estácio da Trindade (século XVII) e José Caetano (século XVIII). A filosofia escolástica foi renovada pela Companhia de Jesus (v. *Conimbricenses*) e no século XIX retomou novo alento e importância depois da encíclica *Aeterni Patris*. A libertação da escolástica processa-se, entre nós, durante o século XVIII e extingue-se oficialmente o seu ensino no último dia de aulas da Universidade de Évora, em 8 de Fevereiro de 1758.

[D. S.]

BIBL.: Ferreira-Deusdado, *La Philosophie thomiste en Portugal*, Lovaina, 1898. Joaquim de Carvalho, *História de Portugal*, vol. IV. António Alberto de Andrade, *S. Tomás no Período Aureo da Filosofia Portuguesa*, Lisboa, 1959. Pedro Hispano, número especial da *Revista Portuguesa de Filosofia*, Braga.